



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO ÚNICA
PROJETO DE LEI Nº 255/2024

Projeto de Lei 255/2024 “ Denomina de Gustavo da Silva Borges Amaro, o prédio público municipal que menciona.”

Autor: Vereadores Rafael de Almeida Jacó e José Joaquim Pinto
Coautor : Prefeito Lindomar Amaro Borges.

1. RELATÓRIO.

De autoria dos Vereadores Rafael de Almeida Jacó e José Joaquim Pinto (Barroso) e como coautor o Prefeito Lindomar Amaro Borges, chega a esta comissão de Legislação Justiça e Redação, o referido projeto de lei nº 255/2024, que tem como finalidade “ Denominar de Gustavo da Silva Borges Amaro, o prédio público municipal que menciona.”

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

.A Constituição Federal, como lei máxima, discorre sobre requisitos formais e materiais ao processo legislativo, colocando limites para propositura de leis que forem contra a nossa norma suprema, pois estarão fadadas a sua inconstitucionalidade por meio do controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, adotado no sistema brasileiro.

A Constituição Federal, em seu artigo 18, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e o governo próprios.

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A medida que se pretende instituir se insere, efetivamente, na definição de interesse local, uma vez que diz respeito ao estrito âmbito do Município de Indianópolis. A iniciativa para o processo legislativo, por sua vez, também está adequada, visto que a proposta visa denominar nomenclatura de prédio público.

A Lei Orgânica do Município de Indianópolis em seu art. 38, inciso XV, estabelece a iniciativa da Câmara Municipal legislar sobre a matéria em apreciação. Vejamos:

Art. 38 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, no que se refere ao seguinte:

(...)

XV – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Como se denota do referido artigo, a presente iniciativa está correta e em sintonia com a legislação vigente.

3 - DO MÉRITO

A denominação do espaço visa prestar homenagem a **Gustavo da Silva Borges Amaro**, indianopolense nascido em 12 de novembro de 1984, filho de Adailton Borges Amaro e Adairlei Aparecida da Silva Borges, e irmão de Jéssica da Silva Borges



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Amaro. Gustavo era neto de Jair Amaro e Ordalia Borges Amaro por parte de pai e de Adailton José da Silva e Irandina da Silva por parte de mãe; Desde jovem, Gustavo destacou-se por sua paixão pela natureza e pelo compromisso com causas sociais e ambientais, que abraçava com dedicação e entusiasmo.

Seu amor pelo meio ambiente traduzia-se em ações que visavam não apenas preservar, mas também conscientizar a comunidade sobre a importância da sustentabilidade e do cuidado com o mundo natural. Assim sendo este Projeto de Lei quanto ao mérito está em perfeita sintonia com os costumes, a homenagem justa e o reconhecimento que o Município de Indianópolis irá prestar a este cidadão in memoriam.

4 - CONCLUSÃO


Diante do exposto esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação opina pela constitucionalidade e admissibilidade do referido Projeto, não colocando nenhum obstáculo em sua tramitação. A Comissão de Serviços Públicos não tem nada a opor a esta homenagem, recomendando ao plenário a sua aprovação.

É o Parecer SMJ,


Sala das Comissões, 08 de Novembro de 2024.


JANICLEIDE ALVES DA SILVA
Relatora/Presidente CSP


JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE
Presidente CLJR


RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ
Vice-Presidente CLJR


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Membro CLJR e Vice-Presidente da CSP


ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Membro CSP